

Duas frentes para a reforma agrária: o latifúndio e as áreas indígenas. Ações do Governo Brizola na questão da terra no norte do Rio Grande do Sul.

Gean Zimmermann da Silva¹

Considerações iniciais

A região do norte do Rio Grande do Sul foi um palco de movimentos sociais ligados ao meio rural. Destacamos o período do governo de Leonel Brizola (1959-1962) no tocante às desapropriações de latifúndios, considerados improdutivos, e de áreas indígenas. O governo positivista gaúcho impulsionou as práticas de migração e ocupação da terra no início do século XX.

Destacaremos de uma forma sucinta nesse artigo, o processo de ocupação e pressão para que ocorresse a reforma agrária na região do centro-norte do Rio Grande do Sul, em particular nas áreas indígenas que haviam sido demarcadas no início do século XX.

Durante as décadas de 1950 e 1960, houve uma grande migração de contingentes populacionais do estado do Rio Grande do Sul para outros estados brasileiros, por exemplo, Santa Catarina e Paraná.

Um desses contingentes populacionais significativo era de colonos erradicados no estado, que migraram para o oeste catarinense, numa prática similar ao que ocorreu no final do século XIX e início do XX, quando descendentes de imigrantes das ditas “Colônias Velhas” do estado do Rio Grande do Sul migram para a região de matas na territorialidade norte desse estado.

Essa migração em busca de “novas terras” foi proporcionada pelo esgotamento da produção econômica-social dessa territorialidade, não haveria como comportar toda essa demanda por uma propriedade, logo, esses colonos migraram em busca de um lugar para fixar moradia. A redução das territorialidades indígenas também veio ao encontro dessa alta demanda pela busca de novas terras desses sujeitos literalmente sem-terra (ou seja, sem propriedade, sem moradia).

¹ Mestrando em História Regional pela Universidade de Passo Fundo; Bolsista CAPES.



Ações do governo positivista gaúcho na ocupação da terra na região centro-norte do Rio Grande do Sul.

Durante a República Velha² (1889 – 1930), o estado do Rio Grande do Sul, cujos presidentes Júlio de Castilhos e principalmente Borges de Medeiros, foram os que impulsionaram as “políticas de imigração” no Rio Grande do Sul.

Essas políticas foram expostas pelo fato de que, as Colônias Velhas³ do Rio Grande do Sul estavam superpovoadas nesse período e não existiam mais lotes disponíveis a novos imigrantes que desembarcavam em solo brasileiro. Portanto, descendentes de imigrantes, acabaram adotando essa política e conseqüentemente migrando para região do centro-norte rio-grandense.

Com a vinda dos colonos (imigrantes), a região do Alto Uruguai deixou de ser concebida como um território de sobrevivência autônoma e com liberdade aos índios e caboclos, passando a ser organizada conforme os interesses mercantilistas. Assim, construíram-se ferrovias ligando a região com os principais centros do país [...]. O Alto Uruguai integrou os municípios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta e Passo Fundo. A colonização foi pensada com objetivos claros e critérios bem definidos, que eram a diversificação das atividades, tendo como base econômica a produção de alimentos para os núcleos urbanos, e a formação de “viveiros” de força de trabalho para outros setores da economia, ocupando espaços vazios que não eram de grande interesse do latifúndio. (GIARETTA, 2008, p. 25).

Em todo esse período compreendido como República Velha (1889 – 1930), a questão da autonomia dos estados, sempre esteve em vigor, numa espécie de federalismo, na qual, todos os estados fazem parte do Brasil, mas há suas peculiaridades distintas, por exemplo, cada estado tinha a sua própria constituição. Tendo uma autonomia muito grande em relação à entidade Brasil.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) agia de forma diferente em relação às outras unidades federativas brasileiras. O governo Rio-Grandense nesses primórdios de república, além de ter um projeto de forma essencial que era a colonização de áreas

²A Primeira República Brasileira, normalmente chamada de República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da República Velha Washington Luís, dando início a Era Vargas.

³ Regiões de São Leopoldo e Caxias do Sul.



consideradas desocupadas⁴. O governo adotava a teoria do Positivismo, como uma concepção filosófica de política e também uma concepção religiosa.

Conforme Rückert e Kujawa,

Além do projeto de colonização no norte do Estado, o problema das posses das terras públicas passa a estar no centro das atenções dos governos Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Com a edição da Lei Estadual de Terras, nº 28, de 05 de outubro de 1899, pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antonio Borges de Medeiros, os pedidos de legitimação de posses de terras públicas aumentam consideravelmente em número. Isso se dá em vista: a) do aumento populacional de uma forma geral; b) do aumento da busca de terras do norte por imigrantes também através das posses; c) das fraudes constantes do apossamento das terras públicas; d) das tentativas dos pequenos posseiros caboclos de legitimarem suas posses que remontavam ao período do Império. (RÜCKERT; KUJAWA, 2010, p. 110).

Os posseiros e os caboclos, referidos por Rückert e Kujawa (2010), estão relacionados aos nacionais de todo Alto Uruguai. As terras do Alto Uruguai, que não estavam colonizadas de forma regular, tornaram-se um problema administrativo para o governo provincial, pois, como readequar toda a região para o seu molde de colonização ideal, que era a mão-de-obra europeia.

A região estava repleta de pessoas consideradas intrusas: indígenas e principalmente caboclos. Coube ao governo estadual à medida de procurar soluções necessárias para esses casos. Como foi feito em 1910 com o programa nacional SPILTIN (Serviço de Proteção ao Indígena e Localização do Trabalhador Nacional), e no Rio Grande do Sul em 1908 com o DTC (Departamento de Terras e Colonização).

São reconhecidas e demarcadas 11 áreas indígenas no norte do Rio Grande do Sul, entre 1910 e 1918. O intuito era que uma vez o indígena aldeado, abreria espaço para a colonização, de novos migrantes das Colônias Velhas, além do que, “O governo positivista do Rio Grande do Sul, mesmo antes da criação do SPI, mostrava preocupação com a questão indígena” (CARINI, 2005, p. 134).

Dentro do positivismo, há uma corrente humanista com certo grau de influencia. A partir, disso, é válido ressaltar que nesse período também, além das áreas indígenas, são

⁴ Nós referimos, a região norte, noroeste, nordeste do Rio Grande do Sul. Sabemos que nessas regiões havia certo predomínio de indígenas e caboclos.

criadas as reservas protetoras florestais, ou seja, um meio de preservar a natureza frente a um dos grandes meios de produção da época, que era o extrativismo da madeira. As 11 áreas indígenas demarcadas entre 1910 e 1918 pelo Engenheiro Carlos Alberto Torres Gonçalves, no norte do estado do Rio Grande do Sul foram:

Tabela 01: Áreas indígenas demarcadas no início do século XX (1910-1918).

Área indígena	Ano de Demarcação	Área demarcada em hectares (ha)	Atual município (2015).
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.676,33 ha	Cacique Doble
Carreteiro	1911	600,72 ha	Água Santa
Monte Caseiros	1911	1.003,72 ha	Ibiraiaras e Muliterno
Inhacorá	1911	5.859,00 ha	São Valério do Sul
Ligeiro	1911	4.517,86 ha	Charrua
Nonohay	1911	34.907,61 ha	Nonoai, Rio dos Índios, Gramados dos Loureiros e Planalto.
Serrinha	1911	11.950,00 ha	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventarra	1911	753,25 ha	Erebango
Guarita	1917	23.183,00 ha	Tenente Portela, Miraguaí e Redentora
VotouroKaingang	1918	3.100,00 ha	São Valentim
Votouro Guarani	1918	741,00 ha	Benjamin Constant do Sul

Fonte: Rio Grande do Sul. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997. Ver: CARINI, 2005, p. 136.

As terras consideradas “devolutas” do estado do Rio Grande do Sul haviam, terminado por volta da década de 1940, ou seja, os lotes disponíveis para a colonização para os descendentes de imigrantes, principalmente na região norte e noroeste do estado.

Nessas ambas regiões, conhecidas como terras de matas, foi o último espaço a ser colonizado, antes das idéias e práticas de reforma agrária, ou seja, a distribuição de terras



consideradas improdutivas ou inabitadas para pessoas que queriam seguir esse modelo de trabalho imposto, que na qual, consistia em produzir e gerar lucros.

O significado de procurar ocupar as terras que classificamos como de “mata” – regiões norte e noroeste – se deu pelo então “valor” produtivos dessas territorialidades, ou seja, glebas de terras classificadas com uma maior fertilidade. No pós 1850, com a lei 601, ou seja, a Lei de Terras, é que esse movimento de traslado de descendentes de imigrantes, da primeira região colonial para as terras de mata, ocorreram em virtude desse ganho em valor de mercadoria que a terra passa a ter.

Entretanto, a prática de ocupação do norte e do noroeste ocorreram significativamente na virada do século XX, podemos citar duas colônias, entre outros que conseguiram uma prosperidade muito grande, elas são: a Colônia Ijuí fundada em 1891 na região noroeste e a Colônia Erechim, fundada em 1908 na região norte, ambas seguindo praticamente o mesmo modelo de loteamento/ocupação e trabalho sobre o solo.

Entretanto uma diferença marcante entre ambas colônias, é que a de Ijuí foi uma colônia particular e alemã e a de Erechim, foi uma colônia pública e mista, na qual, recebeu um contingente populacional das mais variadas etnias.

Nesse processo desde 1850 até por volta de 1890, quando o processo de migração ganha proporções altas, o colono passou a ocupar terras com uma maior fertilidade, reservas indígenas a partir de 1910, começaram se formar, já que a região presenciou três aldeamentos indígenas durante a segunda metade do século XIX, entre eles, Nonoai, Guarita e Campo do Meio.

As terras (consideradas) devolutas na década de 1940 a 1960.

Com o esgotamento das terras por volta de 1940 – as glebas de terras estavam distribuídas da seguinte maneira: áreas indígenas, colônias novas (vilas e distritos), municípios, latifúndios e reservas florestais – não havia muita alternativa para novas gerações de famílias que seguiam o modelo colonial na época, continuarem com o seu trabalho, ou seja, meio de vida/subsistência. Haviam chegado, ao fim as possibilidades de expansão interna no Rio Grande do Sul.

Conforme Ghelen,

Além de Santa Catarina e Paraná, os colonos sobrantes tinham duas alternativas: a) migrar para as cidades, transformando-se em assalariados urbanos, inchando-as pela expansão ou formação de vilas, tipo favelas. Quer pelo despreparo como mão-de-obra, quer pela não oferta de oportunidade de trabalho, para todos, para muitos a única alternativa que restou foi a de se tornarem biscateiros ou diaristas, aumentando assim o exército de mão-de-obra barata disponível; (GHELEN, 1983, p. 81)

Os estados de Santa Catarina e Paraná perceberam que o modelo adotado no Rio Grande do Sul havia dado certo e também queriam aumentar seus contingentes populacionais no meio rural.

O reflexo desse movimento durante a primeira metade do século XX, que na qual ocorrem a movimentação, ou seja, a busca pela terra em território catarinense, no modelo de pequena propriedade rural, teve a figura do estado – neste caso do governo de Santa Catarina – e das colonizadoras para ocorrer de forma ordenada o loteamento e a colonização, desde que, os solicitantes de terras, atende-se alguns requisitos.

Primeiramente, no início do século XX, a procurara era de descendentes de imigrantes das etnias alemã e italiana, no pós Revolução de 1930, com Getúlio Vargas assumindo o poder no Brasil, e com sua campanha de nacionalização, esses dois grupos étnicos seletos perderam um pouco a sua força, a idéia era formar povoados, ou seja, colônias mistas, assim, formando uma identidade brasileira.

Neste caso, na década de 1940, que é quando as terras devolutas rio-grandenses se esgotam, era esse tipo de colônias que estavam se formando em territórios catarinenses e paranaenses, respectivamente.

b) a outra alternativa era permanecer na zona rural como agregado, parceiro, diarista, pequeno arrendatário ou assalariado permanente. No caso do Rio Grande do Sul, em razão da grande importância da pequena propriedade de exploração familiar, o minifúndio, o assalariamento no meio rural continuou pouco expressivo em relação a outras áreas do país. (GHELEN, 1983, p. 81).

Entretanto, para a maioria dos colonos considerados sem-terra, ou seja, que estavam a procurar da mesma, era necessário uma redistribuição de terras, a chamada reforma agrária. Vários colonos começaram a adentrar em territórios constituídos no Rio Grande do Sul de forma ilegal. Um desses territórios eram as áreas indígenas, e ali, permaneciam como posseiros na condição de intrusos.

Muitos colonos faziam negócios – arrendamento de terras – dentro da reserva na qual acabava consistindo em um ambiente pacífico de boa convivência, mas, sem o bem mais precioso nesse momento em relação à questão agrária, que era a escritura da terra, ou seja, o documento que comprovava a situação legal de uso e culto da terra.

A não disponibilidade de novos lotes para o cultivo agrícola acarretou em movimentos sociais pela região em questão, como, por exemplo, Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) e da Frente Agrária Gaúcha (FAG). Podemos considerar que é o início de vários movimentos – na zona rural – que ocorreram na região do planalto, norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul de uma forma intensa nas décadas de 1970 e 1980, que perpetua essa sucessão até os dias atuais (segunda década do século XXI).

Apoio do governo Brizola ao MASTER: primeira “frente” de atuação pela reforma agrária.

No período em que Brizola governou o estado do Rio Grande do Sul ocorreu a “legitimação” da posse dos colonos, ou seja, a reforma agrária almejada pelo MASTER – criado nesse período – e pelo próprio governador, assim, conseguindo seu êxito, pelo menos naquele momento. “O MASTER e o governo trabalhista [de Brizola] acabaram apoiando-se mutuamente na tentativa de instituir um programa de reforma agrária no Rio Grande do Sul.” (HARRAES, 2007, p. 247).

Em meados da década de 1960, havia toda uma tensão envolvendo agricultores “sem-terra”, pois, os mesmos estavam procurando um local para tomar posse e consistir morada. Um dos grupos que começaram a reivindicar terras consideradas improdutivas junto ao latifundiário foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), que tinha tendências dentro do PTB de Leonel Brizola e João Goulart.



Esse grupo de ação, com uma política estadual dando suporte e apoio, foi decisiva para concretizar uma primeira invasão na antiga Fazenda Sarandi dos uruguaiois Mailhos e Macali em 1962 – período do governo Brizola (PTB). “O MASTER, no seu curto período de duração conseguiu coordenar a fundação de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os quais, a partir de março de 1964, sofreram intervenção do Ministério do Trabalho.” (GHELEN, 1983, p. 83).

Em 1962, o ex-governador Ildo Meneghetti, estava concorrendo novamente ao governo do estado do Rio Grande do Sul. O seu partido, o PSD, que havia todo um histórico de idéias a classe ruralista, “[...] criticava as iniciativas de Brizola de apoio às articulações do Master e as ocupações. [...] na sua campanha eleitoral, em meados de 1962, Meneghetti esboçava essa tendência contrária às ações do Master.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 89).

Sobre a questão rural,

[...] o PSD tinha como objetivo manter as massas no campo, aumentando, desse modo, o progresso no setor primário, tendo um estilo agrário comercial, equilibrando, assim, a urbanização e a industrialização. Contudo o PTB, segundo a tese de Pasqualini, quis incorporar o setor agrário à sociedade industrial, enquanto que Brizola propôs redistribuir o capital e a terra. Leonel Brizola também posicionou-se radicalmente contra a presença do capital estrangeiro, defendendo um capitalismo autônomo, com uma burguesia nacional no poder político e econômico. Mesmo assim o Partido Trabalhista Brasileiro, de forma geral, defendeu a industrialização moderada, com estilo de vida urbano-industrial. (NASCIMENTO, 2014, p. 125-126).

Brizola a partir de 1961, declarou-se apoio ao MASTER⁵, estava sem saída para o seu projeto de reforma agrária, logo, continuou realizando “aquilo que já vinha acontecendo” através de ações de outros ex-governadores, ou seja, reduzir as territorialidades indígenas.

Sendo assim, “No final da década de 50 [1950] e início de 60 [1960], diminuiu a capacidade de absorção de colonos em Santa Catarina e Paraná, reduzindo o ritmo migratório gaúcho.” (GHELEN, 1983, p. 82). A coroação dessa prática aconteceu pelo fato de que Brizola intensificou e “terminou” o processo que estava em curso desde 1941, no governo do interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias.

⁵ Declarou apoio, porque precisava de contingente populacional ao seu lado. Lembramos que esse é um momento crucial, porque é exatamente em 1961 que ocorre a Campanha da Legalidade em favor da posse de João Goulart, que era considerado comunista pela elite e pela alta cúpula do exército brasileiro.



Entretanto, a diminuição do ritmo migratório nesse período destacado por Ghelen, diminuiu, mas, não chegou ao esperado que o governo gaúcho necessitava. O processo de redução que começou na década de 1940, assolava os cofres públicos do governo estadual ainda no início da década de 1960. Conforme a reportagem do jornal O Nacional:

“A evasão de colonos está ameaçando a estrutura agrícola do Rio Grande do Sul. Isto foi o que a reportagem deduziu de declarações que nos foram fornecidas pelo dr. Lauro Guimarães, integrante do Ministério Público e presidente do Rotary Club de Ijuí. Segundo essa fonte dezenas de caminhões com colonos deixam as barcas existente no rio Uruguai, especialmente em Iraí, Goyoen, Monday, Tenente Portela e outros pontos existentes na divisa com Santa Catarina. Isso representa a evasão de braços preciosos às lides agro-pecuárias do Rio Grande do Sul que esses elementos a outros Estados, especialmente Santa Catarina, Paraná e sul de Mato Grosso. Os retirantes, segundo nosso informante, levam até animais para seus novos pontos de morada, o que vem, ainda, agravar mais a situação porquanto privam o Estado também desses irracionais indispensáveis. O problema já está preocupando, sendo de esperar-se que, em virtude do seu significado, relevante, o Estado procure dar condições satisfatórias ao colonos que é um dos esteios de nossa economia, a bem de que ele não procure outras plagas, onde a sorte lhe seja mais favoráveis”. (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 01/08/1960, p. 04).

A realidade econômica era um dos pilares para ocorrer o assentamento de colonos em latifúndios desapropriados ou em áreas indígenas. A matéria do “jornal “O Nacional”, está simplesmente fazendo menção ao fato de não ter terras para os colonos serem assentados, entretanto, podemos nos referir que as condições favoráveis de produção está relacionado à falta de terras disponíveis na região para que esses colonos, tendo em vista, que a região noroeste igualmente a região norte sofreram praticamente o mesmo princípio de colonização, manuseio agrícola e ações de reforma agrária para contar esse evasão em latifúndios considerados improdutivos e áreas indígenas considerados em demasia – no sentido da quantidade de hectares.

A intensificação de Brizola aconteceu pelas pressões que ele vinha sofrendo para assentar comunidades sem-terra e ao mesmo tempo legitimar a posse dos posseiros, pelo fato de que nas eleições de 1958, este recebeu o apoio indireto – porque esse partido estava na ilegalidade, desde 1947 – do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fazia parte da postura do PCB aliar-se “[...] às forças interessadas na luta contra o imperialismo e o latifúndio, lutas essas apoiadas por setores do trabalhismo interessados em ampliar o seu respaldo junto aos setores populares do campo.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 56).

Desse modo, Leonel Brizola intensificou muito sua simpatia popular, “[...] agregada às lutas pelas reformas de base, contra o imperialismo, a favor do avanço industrial, o qual



passava pela reforma agrária como condição de ampliação do mercado interno de alimento, ampliando o consumo urbano e rural.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 56), ou seja, o que o ex-governador queria implantar no estado do Rio Grande Sul, assim como, seu cunhado e presidente do Brasil, João Goulart, eram reformas no capitalismo, e para isso, era necessário uma melhor redistribuição das terras.

Sendo assim, Brizola conseguia aumentar o seu controle pelo interior do estado e principalmente nas classes mais populares, ou seja, os seus projetos estavam direcionados para essa “camada” da sociedade rio-grandense. Também é válido mencionarmos que o movimento do MASTER confundia-se com os adeptos brizolistas da Campanha da Legalidade de 1961, que na qual, Leonel Brizola deu apoio incondicional ao ex-presidente João Goulart.

Leonel Brizola deslumbrava, a inserção do capital estrangeiro como necessário para o desenvolvimento do país, entretanto, considerava que este sugava o povo brasileiro com seus efeitos maléficos na sociedade.

Assim, necessitaria de toda uma articulação de distribuição de lotes na cidade e investimento pesado na industrialização. Sempre um estado busca articular agricultura com a industrialização, a ideia principal de Brizola e do PTB sempre foi ter esses dois ramos prosperando de uma forma intensa, embora a tendência fosse maior para o “lado” industrial.

A intenção de Brizola assim como a de Jango era investir no “capital” e na indústria local, fazendo esse prosperar embora pudesse levar muito mais tempo. Também considerava a reforma agrária “[...] uma questão de justiça social e um imperativo de desenvolvimento econômico, por isso tomou medidas que visavam ao encaminhamento desse processo no Estado.” (ABREU, 2001 apud TEDESCO; CARINI, 2007, p. 19).

Entretanto, essa proposta não foi bem vista pelos latifundiários, e poucos aderiram a essa política, pois, para o período turbulento que o Brasil se encontrava em meados da década de 1960, com o presidente João Goulart passando por uma enorme desconfiança de ser adepto do comunismo, tornava-se muito difícil essa primeira proposta de Leonel Brizola.

Com a criação do IGRA e do PRADE, Brizola e seus correligionários procuraram estabelecer um “[...] diálogo com os grandes proprietários, representados pela FARSUL, tentando mostrar que era necessário não só pensar em medidas para encaminhamento da

questão agrária no Rio Grande do Sul, mas também oferecer ao governo federal sugestões e projetos.” (HARRAES, 2007, p. 248).

No início de 1962, o governo estadual tentou uma grande investida junto aos latifundiários, para que os mesmos se engajassem na proposta e cedessem uma gleba de terra, para que pudesse haver uma distribuição da mesma para colonos sem-terra. Segundo seu relatório a Assembleia Legislativa no final de 1962, Brizola, elencou 13 áreas, ou seja, fazendas que foram e poderiam ser destinadas para a reforma agrária.

Vejam na tabela a seguir:

Tabela 02 – Áreas que constavam no relatório anual de Leonel Brizola para a Assembleia Legislativa em 1962, para os processos de reforma agrária em latifúndios.

Fazenda	Hectares para reforma agrária	Localização (1962)	Observações de situação do relatório para a Assembleia Legislativa em 1962.
Fazenda Sarandi	24.239,00 ha	Sarandi	Declaração de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação desse imóvel, conforme o art. 174, nos parágrafos 2º, 3º e 4º da Constituição Estadual.
Banhado do Colégio	19.106,70 ha	Camaquã	O governo do estadual declarou essas terras como força de utilidade pública, para fins de imissão de imediata de posse a colonos sem terra. Semelhante ao caso da Fazenda Sarandi.
Pangaré	1.000,00 ha	Osório	Planejamento feito para a destinação de 25 famílias de colonos sem-terra, com um montante de 38 hectares para cada.
Itapuã	3.000,00 ha	Viamão	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento e análise do solo.
Ibirapuitã	1.300,00 ha	Alegrete	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento e análise do solo.
Maragata	1.000,00 ha	São Borja	Em processo de estudos preliminares para o loteamento e assentamento de colonos. Fazenda destinada pelo ex-presidente da república João Goulart, com um prazo de pagamento de 15 anos sem juros.
Capané	13.080,20 ha	Cachoeira do Sul	“Essa desapropriação é declarada [sic] de urgência para efeito de imissão imediata do Estado na posse do referido imóvel. Os estudos [...] acham-se em franco andamento, devendo o projeto geral ser apresentado dentro de pouco tempo.”
Florida	8.400,00 ha	São Luiz Gonzaga	Os “[...] estudos se acham na fase final, devendo dentro de pouco, estarem ultimados os trabalhos de planejamento para a utilização dos lotes [...]”.
Terras de José Madeireiros	1.020,00 ha	Alegrete	“O GERA-1 já deu início aos trabalhos preliminares dos levantamentos topográficos para elaboração do projeto de loteamento e utilização das terras [...]”.
Fazenda Mata Fome	2.450,00 ha	Itaqui	“O Grupo Executivo de Reforma Agrária já deu início aos estudos necessários à elaboração do plano de



			loteamento e utilização daquela gleba.”
Rincão dos Vieiras	12.800,00 ha	Giruá	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento, e análise do solo.
Quitéria	1.200,00 ha	São Jerônimo	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento “[...] devendo o projeto obedecer ao [sic] mesmo critério das demais glebas em estudo.”
Armada	1.650,00 ha	Canguçu	“Os levantamentos preliminares já foram feitos, tendo sido iniciados os estudos indispensáveis para loteamento e utilização.” do solo.
Total	90.245,90 ha		

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, Relatório anual 1962, governador Leonel de Moura Brizola. Memorial da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Essa busca de espaços “vagos” ou improdutivos para a reforma agrária na maioria das vezes nesse período do governo Brizola teve o MASTER como “linha de frente” do processo de ocupação. De acordo com o quadro acima,

A luta pela Reforma Agrária mobilizava camponeses em quase todo o país. Aqui no Estado [do Rio Grande do Sul] teve como ações vitoriosas a invasão e conseqüente desapropriação da Fazenda Sarandi, em 1962, acampamento e posterior invasão da Fazenda Santo Antônio, em Tapes, pressão e loteamento do Banhado do Colégio, em Camaquã, criação de STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) com o objetivo principal de lutar pela Reforma Agrária, sob orientação do MASTER, ocupação das reservas indígenas e loteamento em favor dos colonos de algumas delas, etc. Em nível nacional, os Movimentos Sociais Agrários, obtiveram como vitórias principais, o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e o Estatuto da Terra, em 1964. (GHELEN, 1983, p. 104).

Em síntese, fica muito claro que se a reforma agrária pudesse a vir ser um sucesso, poderia acarretar conseqüências no mundo urbano, pois, a prosperidade na vida do campo, tendia a ascender de uma forma mais abrangente do que a vida na cidade.

Ações da Frente Agrária Gaúcha em conter o avanço do MASTER.

Nesse momento da década de 1950 e 1960, a modernização do campo começava a ganhar um espaço significativo, tanto pela bandeira trabalhista de Brizola quanto pela Frente Agrária Gaúcha (FAG) organizada pela Igreja Católica. O clero procurou “[...] renovar-se e criar novos canais e instrumentos de intervenção nos movimentos sociais, com inspiração em sua doutrina social.” (GHELEN, 1983, p. 83).



A Frente Agrária Gaúcha que iniciou suas atividades em janeiro de 1961 pode ser caracterizada como “[...] movimento social de agricultores cristãos que se preocupassem com a promoção do homem do campo. [...] [Sendo] uma intervenção da Igreja no meio Rural.” (GHELEN, 1983, p. 84).

O Jornal “O Nacional” noticiava da seguinte maneira a instauração da FAG no estado do Rio Grande do Sul:

Lançada ontem, em todo o Estado, a “Frente Agrária Gaúcha”.

Participação ativa da vida sindical rural, concretizando a doutrina social cristã.

P. ALEGRE, 27 (ON) – Foi lançada, ontem, em todo o Estado, a Frente Agrária Gaúcha, objetivando levar os homens do campo a participarem ativamente da vida sindical rural, [difundido] e concretizando a doutrina social cristã.

A Frente Agrária Gaúcha é uma associação civil, sem intuítos econômicos, com sede em Pôrto Alegre, que se propõe incrementar e desenvolver o espírito de solidariedade social entre os homens do campo e da cidade, e difundir, entre os primeiros, a realização da doutrina cristã.

A Frente Agrária Gaúcha (FAG) objetiva: investigações e estudos da questão agrária no Estado e no País; fundação e manutenção de escolas e cursos, permanentes ou periódicos, e a realização de congressos, seminários e conferências, para a formação de líderes rurais e para a educação de base do agricultor e do trabalhador rural; amparo e estímulo aos sindicatos de agricultores, detentores de pequenas propriedades, e de trabalhadores rurais; promoção entre os mesmos de iniciativas econômicas, de natureza cooperativa, bem como promoções de ordem assistencial e cultural. (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 27/11/1961, p. 01).

Essa nova postura da Igreja, se deu em virtude da grande expressão e proporção que o MASTER estava tendo e ganhando, e a Igreja, queria ajudar a “salvar o seu rebanho” das “garras” comunistas, já que, o movimento do MASTER, relacionamos à algumas ramificações do PTB e o próprio Brizola era taxados e considerados como comunistas nesse período.

A FAG atuava em zonas onde o contingente populacional era muito extenso, com os pequenos camponeses. Além de ter um movimento parecido com o do MASTER, ou seja, pela busca da terra, a FAG era bem vista, pois, auxiliava essa população com “[...] assistência médica, farmacêutica e odontológica. Os sindicatos vinculados à entidade supriam parte dessas carências e demandas para o camponês.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 29).



A FAG, em seu primeiro manifesto, ou seja, data de sua fundação em 26 de novembro de 1961, tentou amenizar a situação do campo, dando um suporte “mais cristão” e menos “agressivo” – de acordo a com a sua visão – aos interesses do colonos sem-terra do Rio Grande do Sul.

É válido ressaltarmos que uma das preocupações mais marcantes da FAG, era voltada para “[...] a formação de lideranças comunitárias e sindicais e a introdução de ideias e ações modernizadoras nas atividades agrícolas (as Escolas Agrícolas eram fundamentais).” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 30). Sendo assim, em síntese a FAG tentava combater o “comunismo” – ou aquilo que pensavam ser algo relacionado ao comunismo.

Para Tedesco e Carini “O período que vai de 1940 até o final de 1960 deve ser considerado o mais crítico para a comunidade caingangue e guarani do norte/nordeste do Rio Grande do Sul” (2007, p. 114), pois, já enfatizamos, que esse período ocorreu uma “nova colonização”. A nova colonização, é o momento onde as terras devolutas do estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai, haviam escasseado.

A segunda frente de atuação de Leonel Brizola em prol da reforma agrária: as áreas indígenas.

A região do centro-norte gaúcho, ou seja, em todo Médio e Alto Uruguai, em suas dimensões históricas/sociais, sempre colocou frente a frente colonos, caboclos pobres, negros (descendentes de escravos) e indígenas, também tendo resquícios de uma oligarquia, os latifundiários⁶, mas em menor número. Conforme, Tedesco e Carini,

Num primeiro momento, o avanço da colonização promoveu a extinção de pequenas posses situadas em terras de matas, ou campos adjacentes e forçou a demarcação de reservas indígenas [no início do século XX], numa tentativa de resguardar, ainda que parcialmente, os territórios indígenas. Num segundo momento, nem as reservas são respeitadas, ocorrendo a ocupação das mesmas [no processo de “nova colonização”], com a conivência do Estado. (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 33-34).

⁶ Conflitos na antiga Fazenda Sarandi. Posteriormente na Fazenda Annoni, Macali, Coqueiros, Brilhante, entre outras.

Das 11 áreas demarcadas no início do século XX, entre os anos de 1910 e 1918, apenas três não sofreram alterações – essas alterações eram a redução das áreas indígenas em prol de uma política estadual de criação de florestas nacionais e assentamento de sem-terras – entre elas estão: Ligeiro, Carreteiro e Guarita. As demais se tornaram um caso emblemático, de uma constatare redução das terras indígenas. Conforme Carini (2005), a área de Cacique Doble teve 22% de área reduzida; Inhacorá 82%; VotouroKaingang 33%; Votouro Guarani 62%; e Nonoai 57%. As áreas de Monte Caseiros, Serrinha e Ventarra foram extintas. Esse processo de redução aconteceu entre as décadas de 1940 e 1960.

A tabela abaixo, nós mostra, em números essas reduções, em seis áreas indígenas. Podemos perceber, que houve uma grande redução ao longo desses anos. Também, acreditamos que o convívio entre indígenas e intrusos, se tornou muito frequente, pois, uma vez, que o colono sem-terra adentrava nas áreas indígenas, o convívio aumentava igualmente com as tensões sociais.

Tabela 03: Reduções e extinções de áreas indígenas (1940-1968).

Área indígena	Área primitiva em hectares	Área destinada aos índios
VotouroKaingang	3.104,00 ha	1.440,00 ha
Votouro Guarani	741,00 ha	280,00 ha
Ventarra	753,00 ha	Extinta
Monte Caseiros	1.003,74 ha	Extinta
Serrinha	11.950,00 ha	Extinta
Nonoai	34.908,00 ha	14.910,00 ha

Fonte: Rio Grande do Sul. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

Como mencionamos, ocorreu uma série de expropriações de terras indígenas, em prol da reforma agrária, ou para essa “nova” colonização, na qual, vários colonos, encontravam-se sem terra. Portanto, segundo o relatório (RIO GRANDE DO SUL, 1997):

Tabela 04: Situação de algumas áreas indígenas na década de 1960.

Área indígena	Observações
VotoutoKaingang	Demarcado em 1918 com 3.104 hectares, em 1962, ocorreu à desapropriação, de 632 hectares para reserva florestal (pinho) e 1.032 hectares para a colonização em 51 lotes na secção Tupi.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Votouro Guarani	Demarcado em 1918 com 741 hectares, em 1962, sofreu uma redução de 461 hectares para a colonização, com 23 lotes na secção Guarani.
Ventarra	Demarcado em 1911 com 753 hectares, entre 1960 e 1964, ocorreu a extinção da área indígena, sendo que 553 hectares destinados à colonização e 200 hectares a Sociedade Getuliense.
Monte Caseiros	Demarcado em 1911 com 1.003,74 hectares, foi sendo intrusada pelos colonos por volta da década de 1930; os indígenas começaram a sair da área e a mesma foi loteada e repassada aos colonos.
Serrinha	Demarcado em 1911 com 11.950 hectares, teve a sua primeira expropriação em 1949, destinando 6.623 hectares a criação de reserva florestal, também 602 hectares foram retirados da área indígena, pois, pertenciam a particulares; em 1952, a área florestal foi colonizada, e a área indígena que constava 4.725 hectares, teve sua dimensão reduzida para 1.060 hectares, ou seja, 3.665 hectares também foram destinados para a colonização; em 1968, os 1.060 hectares também foram colonizados e a área indígena é extinta;
Nonoai,	Demarcado em 1911 com 34.908 hectares, em 1941, sofreu uma redução de 19.998 hectares, destinados a criação de uma reserva florestal, logo a área destinada aos indígenas constatou em 14.910 hectares; em 1962, 2.499 hectares da reserva florestal foram destinados a colonização.

Fonte: Rio Grande do Sul. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

É evidente, que no restante das áreas indígenas, pouco a pouco foram sendo intrusadas ao longo dessa primeira metade do século XX, de maneira ilegal, mas, posteriormente e principalmente a partir da década de 1940, esses posseiros, tornaram-se legítimos de posse da terra perante o governo do estado.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é constituída em 1967 para tentar apurar questões de expropriação de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul, e em particular a de Nonoai. A CPI estava tentando encontrar explicações frente ao esbulho das terras indígenas, o roubo de madeiras e o iminente conflito entre os indígenas e os colonos sem-terra.

A CPI tinha como objetivo terminar com um conflito existente de indígenas com colonos intrusos. Existiam “[...] nada menos que 600 famílias de agricultores naquela área [Nonoai], para um número quase igual de famílias de silvícolas [...] O problema social não é só do índio, como também dos chamados ‘sem terra’”. (Of. do deputado Fernando Gonçalves ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Porto Alegre, 27 de abril de 1967. In: RIO GRANDE DO SUL, CPI, 1968, p. 02). Porque,

A presença [...] naquele Toldo de mais de meio milhar de agricultores “sem terra”, assim como a vigilância que é feita através da Brigada Militar, além é claro, de estar essa área em território rio-grandense, são razões para que a Assembléia Legislativa do Estado tome conhecimento desse grave e crônico problema, como também, adote

providências para colaborar na sua solução. (Of. do deputado Fernando Gonçalves ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Porto Alegre, 27 de abril de 1967. In: RIO GRANDE DO SUL, CPI, 1968, p. 02-03).

Também, a CPI, tenta deixar claro, a situação do estado, da região e dos sujeitos no período, analisando dados históricos para dar o seu veredito final, logo, “A intervenção da Assembleia Legislativa do Estado é, pois, um imperativo de justiça social, quando vivem emverdadeira ‘guerra’, sofrendo toda sorte de humilhações e indo até o desforço pessoal, centenas de famílias de indígenas e de agricultores ‘sem terra’.” (Of. do deputado Fernando Gonçalves ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Porto Alegre, 27 de abril de 1967. In: RIO GRANDE DO SUL, CPI, 1968, p. 04).

Os cinco deputados a compor essa CPI, foram: da bancada da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), deputados Fernando Gonçalves (presidente) e ElízioTelli; e da bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os deputados Ivo Saprandel (vice-presidente), DarcíloGiacomazzi e Celso Testa. Também constituiu um sexto elemento, o deputado Plínio Dutra (relator). Fernando Gonçalves também foi presidente do IGRA, conforme atestam os jornais da época.

Considerações Finais

A “nova colonização” da metade do século XX está calcada, na alta demanda pela terra no Rio Grande do Sul. Nesse período, correspondente a década de 1950/60 as terras no Rio Grande do Sul e no norte desse mesmo estado, estavam todas ocupadas.

A demanda por novas terras, ou seja, com a legitimação da posse dos colonos em áreas indígenas e de reservas florestais, feitas pelo governador Brizola, para atender os interesses dessa classe chamada de sem-terra.

Não somente o Brizola, mas outros ex-governadores também entendiam a política brasileira dessa forma: muita terra para pouco indígena; era necessária uma produção acelerada (em termos econômicos); e um terceiro item, agradar a massa sem terra, os contemplando com novas terras. “Uma das iniciativas do Estado Gaúcho, que acabou contribuindo para acelerar o esbulho às terras indígenas, foi a criação das reservas florestais, subtraindo terras dos índios” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 114).



Em síntese: A região do centro-norte do Rio Grande do Sul, foi e continua sendo um palco de reivindicações e movimentos sociais principalmente na região do “grande” Sarandi; o ex-governador Leonel Brizola “encurralado” – em virtude da campanha eleitoral de 1958 – adere a prática de redução de terras indígenas; a Frente Agrária Gaúcha e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra travaram uma “luta” ideológica frente aos colonos sem-terra; houve um equívoco histórico no período já que as áreas indígenas reduzidas e extintas foram demarcadas no início do século XX; e que a intrusão de colonos sem-terras nas áreas indígena já vinham ocorrendo desde a década de 1940.

Referência:

BECKER, Ítala I. B. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995.

CARINI, Joel J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva Serrinha/norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

GEHLEN, Ivaldo. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o estado: o caso da Fazenda Sarandi. Dissertação (Mestrado em antropologia, Política e Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

GIARETTA, Jane G. S. *O Grande e Velho Erechim: Ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908 – 1960)*. Getúlio Vargas: Gráfica Alternativa, 2008.

HARRAES, Marluza M. Movimentos sociais rurais. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul: República*. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, p. 235-256.

NASCIMENTO, José A. M. “Muita terra para pouco índio”: Ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha/RS. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.

RIO GRANDE DO SUL, Relatório anual 1962, governador Leonel de Moura Brizola. Memorial da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre os intrusos na área indígena de Nonoai, 1968.



RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de Dezembro de 1996. “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997

RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique A. *A questão territorial Votouto/Kandóia no município de Faxinalzinho/RS*. Relatório de Perícia Fundiária. Vol. 1. Porto Alegre/Passo Fundo: UFRGS/IMED, 2010.

SIMONIAN, Lígia T. L. *Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang*. Ijuí, FIDENE, Cadernos do Museu 9, 1980.

SIMONIAN, Lígia T. L. Política/ação anti-indígena de Leonal de Moura Brizola. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Vol. 5. Passo Fundo: Editora Méritos, 2009, p. 469-496.

TEDESCO, João C; Carini, Joel J. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 – 1980: O Master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: EST edições, 2007.

Jornais:

O Nacional – Passo Fundo-RS, década de 1960.